

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DE UMA COMUNIDADE DE PRÁTICA PARA CONSTRUÇÃO DE CURSO MODULAR ONLINE

Recife 05/2009

Adriana Mércia Bezerra da Silva

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica – EDUMATEC

adrianamercia@gmail.com

Categoria: Métodos e Tecnologias

Setor Educacional: Educação Continuada em Geral

Natureza do Trabalho: Descrição de Projeto em Andamento

Classe: Investigação Científica

RESUMO

Este artigo tem como foco as características e a organização das comunidades de prática através da discussão sobre a construção e a operacionalização das mesmas no desenvolvimento de uma proposta pedagógica em curso de atualização no formato modular e institucional. E como objetivo refletir sobre o delinear da criação e evolução de tal proposta, fundamentada na teoria da Aprendizagem Situada em Comunidades de Prática e realizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem – Moodle.

Palavras chave: Comunidades de Prática, Aprendizado Organizacional, Educação Online.

INTRODUÇÃO

Na realização das rotinas da prática profissional de grupos organizacionais uma das características que se apresentam é a disponibilidade de se auto-organizarem em subgrupos informais para realização das atividades de trabalho. Estes subgrupos são formados a partir de interesses e afinidades, ou de oportunidades criadas pela organização em atividades de trabalho que os fazem descobrir tais similaridades. Com os mesmos objetivos de troca de conhecimentos, a Internet tem proporcionado espaços para grupos de interesses comuns, troca de informações e produção de conhecimento entre profissionais – as redes sociais de conhecimento.

Para perceber quais as possibilidades estas experiências e tecnologias podem trazer para a aprendizagem organizacional, apresento a proposta de um curso modular. Este é um curso semipresencial – Formação em EAD para Educação de Trânsito, com sua maior parte realizada no ambiente virtual de aprendizagem - Moodle, tem como participantes os funcionários da Coordenadoria de Educação de Trânsito do DETRAN/PE – do qual também faço parte como orientadora educacional, e está sendo realizado em três módulos consecutivos. As discussões levantadas neste artigo partem dos dados obtidos no primeiro módulo, que aconteceu em dezembro de 2008, e têm como objetivo contribuir no delineamento de características dos elementos que constituem uma comunidade de prática num ambiente virtual e como estes podem apontar possibilidades para a construção de propostas na Educação Online. Início com questionamentos sobre a participação e a informalidade nas comunidades de prática, analiso alguns dados obtidos em módulo piloto do curso, para então, delinear algumas considerações que estão sendo feitas para os módulos que se seguem na pesquisa.

1 – DESCRIÇÃO DO PRIMEIRO MÓDULO DO CURSO – FORMAÇÃO EM EAD PARA EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: RETROSPECTIVAS E PLANOS

A formação continuada profissional é uma das necessidades apontadas pelo grupo de participantes, cuja essência do trabalho pode se caracterizar pela formação, em diferentes setores da sociedade, através de campanhas

educativas, palestras em organizações, formação de professores e de outros profissionais para Educação de Trânsito.

A idéia inicial do Projeto do curso - Formação Continuada em EAD para Educação de Trânsito surgiu da necessidade do grupo em obter informações sobre a Educação a Distância e de conhecer as possibilidades atuais de sua utilização para sua prática profissional.

O primeiro módulo do curso contou com a participação de quinze profissionais, todos eles pertencentes a a Coordenadoria de Educação de Trânsito do Detran/Pe. Este é um grupo multidisciplinar, composto em sua maioria por psicólogos, pedagogos, e demais áreas do conhecimento com especialização em Educação, outros com a graduação em andamento ou com o ensino médio completo, todos eles atuam no planejamento e execução dos programas e projetos de Educação de Trânsito do referido órgão.

O objetivo geral do curso é formar uma comunidade de prática virtual de interação para a produção de conhecimentos e utilização de novas tecnologias na prática dos profissionais de trânsito. E os objetivos específicos deste módulo foram: Conhecer e utilizar ferramentas colaborativas do ambiente virtual com propósitos educacionais; Refletir e discutir sobre os eixos temáticos: Ética na Educação de Trânsito, Didática para Educação de Trânsito, baseados nos trabalhos desenvolvidos na Coordenadoria de Educação de Trânsito em 2008, e Tecnologias da Informação e Comunicação; E delinear uma proposta de estudos para os módulos seguintes.

O curso tem uma proposta com abordagem colaborativa da aprendizagem, o seu planejamento foi elaborado de acordo com a necessidade demonstrada no contexto de atuação destes profissionais e se configurou através de estratégias didáticas de estudos individuais e em grupo para construção coletiva. As ferramentas utilizadas nas atividades online foram: mensagem, fórum, chat e diário de curso. Os conteúdos de Ética e Didática para Educação de Trânsito tiveram sua relevância por terem sido assuntos utilizados em cursos e palestras realizados no ano de 2008 pelos orientadores educacionais, como também por serem temas que permeiam outros referentes à Educação de Trânsito e a prática profissional e, no caso das Tecnologias da Informação e Comunicação, corresponder às expectativas dos profissionais para sua atuação. Estes foram intermediados através de textos âncora para a

discussão nos fóruns e que levaram a produção coletiva de sínteses que refletiam a compreensão e construção dos grupos. Ele aconteceu na modalidade semi-presencial, com maior parte das atividades realizadas online, cada módulo tem 15h, totalizando 45h nos três módulos. A média de utilização diária por cada participante foi de 1 hora.

A avaliação foi do tipo formativa por permear todo o processo do curso, através da análise e ajuste do planejamento e dos materiais do curso de acordo com as necessidades do grupo. E somativa para a análise das expectativas alcançadas; da utilização das ferramentas do ambiente pelo grupo; do feedback dos participantes, quanto a metodologia utilizada; e a auto-avaliação do desempenho individual de cada um. Os instrumentos utilizados para estas avaliações foram por meio da participação nos fóruns, chats; entrega das produções em cada etapa e auto-avaliação em diário de bordo e questionário de feedback.

2 - PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS EM UMA COMUNIDADE DE PRÁTICA

As instituições já tem percebido os benefícios das comunidades de prática no ambiente organizacional e impletado esforços para a sua concretização, utilizando os recursos tecnológicos para sua criação e desenvolvimento. Muitas destas empresas estabelecem incentivos para a participação dos funcionários nestas comunidades (GOUVÊA, PARANHOS, MOTTA, 2008).

Mas o que define e determina a participação efetiva de um indivíduo em uma comunidade de prática? A participação dos seus membros envolve uma determinada prática, que se caracterize por uma ação central, ou ela pode ser entendida como toda e qualquer prática desenvolvida numa comunidade?

Wenger, McDermott, e Snyder (2002, p 4) definem Comunidades de Prática como: “Grupos de pessoas que compartilham uma preocupação, um conjunto de problemas acerca de um tema, e que aprofundam os seus conhecimentos e experiência nesta área, interagindo numa base do processo”. O local que ocupam não necessita ser o mesmo, os seus encontros acontecem

pelo valor de suas interações e são motivados e transformados pelos limites informais daquilo que podem aprender juntos.

De acordo com Wenger (1999) apud Kimieck (2002, p 40) existem diferentes níveis de participação em uma comunidade de prática:

- **Grupo nuclear** – um pequeno grupo no qual a paixão e o engajamento energizam a comunidade;
- **Adesão completa** – membros que são reconhecidos como praticantes e definem a comunidade;
- **Participação periférica** – pessoas que pertencem à comunidade mas com menos engajamento e autoridade, talvez pelo fato de serem novatos ou porque eles não tem muito compromisso pessoal com a prática;
- **Participação transacional** – pessoas de fora da comunidade que interagem com a comunidade ocasionalmente para receber ou prover um serviço sem tornar-se um membro da comunidade;
- **Acesso passivo** – um grande número de pessoas que têm acesso aos artefatos produzidos pela comunidade, com suas publicações, seu website ou suas ferramentas.

Assim sendo, a ação central refere-se ao interesse ou objetivo comum da comunidade, e as participações de seus membros exercida de maneira diferenciada, sendo cada uma delas necessárias ao estabelecimento do grupo.

Wenger, McDermott, e Snyder (2002, p 232) também descrevem que o conceito de Comunidades de Prática surgiu de discussões sobre o ensino e a aprendizagem em instituições formais de ensino, no entanto, as pesquisas produzidas por eles partiram da análise de grupos informais, ou de grupos de prática que não tinham o ensino intencional e sistematizado como forma de realização de suas práticas. As suas pesquisas sobre a Aprendizagem Situada e a Participação Periférica Legítima permitem fazer uma análise da aprendizagem em estruturas sociais.

Lave e Wenger (1991, p. 92) explicitam, na análise de cinco grupos sociais investigados, que nestas comunidades de prática observa-se muito pouco do ensino, o fenômeno fundamental é a aprendizagem. As relações que se estabelecem entre pares, sem uma assimetria na relação professor – aluno, favorece a troca de informações e a eficácia da aprendizagem. As

competências exigidas para demonstrar que era um membro deste grupo eram aprendidas pela participação, troca entre membros mais experientes e vivência no contexto de aprendizagem. Posto dessa forma, o foco da aprendizagem estaria na estrutura dos recursos da comunidade de aprendizado, favorecendo a descentralização das relações de troca de conhecimento entre os membros da comunidade.

Questiono aqui se a diretividade estabelecida pelo desenho do curso, e conseqüente processo, influencia na participação mais engajada dos membros do curso? Os limites de participação estaria relacionado à formalidade estabelecida com o curso e às relações hierarquizadas?

3 - ASPECTOS INFORMAIS DAS COMUNIDADES DE PRÁTICA

Macedo (1999) cita os benefícios que as redes informais podem trazer às organizações, como elas podem trazer soluções imprevistas nas organizações formais para problemas gerados na atualidade e aponta a necessidade de se fazer uma interconexão entre as estruturas formais e informais.

Como conseguir uma participação mais engajada dos funcionários? Estaria a informalidade, como nas comunidades virtuais, sendo o aspecto que gera mais frutos para a comunidade?

Wenger, McDermott, e Snyder (2002, p 1 - 4) relata como grupos informais nas organizações se transformaram em Clubes que se caracterizaram em Comunidades de Prática. Nas experiências com estes grupos foram disseminadas informações entre os profissionais e a partir das construções eles puderam solucionar problemas e produziram conhecimentos que serviram ao contexto social organizacional.

Como vivenciar estes elementos em um curso online? É possível conseguir em uma proposta didática de um desenho de curso e na sua implementação estabelecer um nível de motivação e participação que corresponda a realidade das redes informais? Ou a consecução de uma proposta gera a percepção de nossos modos de pensar e fazer pautados nos paradigmas tradicionais, lineares e hierarquizados, refletidos nestes desenhos?

Lave e Wenger (1990) apud Baranauskas (2007, p 77) tem a perspectiva que:

O contexto social é muito influente, uma vez que eles concebem aprendizagem como um processo no qual o sujeito constrói uma identidade sendo parte ou unindo-se a uma comunidade de prática. De acordo com esta visão, aprendizes não recebem conhecimento abstraído, objetivo; em vez disso, eles aprendem a ser membros de uma comunidade na qual o conhecimento é situado. Neste sentido de comunidade mudam-se as relações todo participante da comunidade é um aprendiz em algum sentido.

Remetendo estes aspectos também no delineamento de um desenho didático para uma comunidade de prática online alguns fatores podem ser considerados: as características do grupo social, o objetivo comum do grupo para atingir os objetivos organizacionais, o contexto de atuação, e sobretudo se a estrutura do ambiente virtual construído favorece o estabelecimento de relações sociais de confiança para realização das metas de aprendizagem e a troca de informações entre pares não-hierarquizada para construção do conhecimento.

Lemos (2000, 87 - 97) descreve os primeiros grupos que concretizaram a criação das comunidades virtuais, vários deles já pensavam no desenvolvimento de uma tecnologia alternativa, democrática e de simples utilização. Os ambientes virtuais de aprendizagem têm uma infra-estrutura física e de desenvolvimento tecnológico hoje que permite a concretização de experiências de construção de conhecimentos na realidade virtual, a criação e evolução de comunidades de aprendizagem, e o diálogo entre os participantes. Muitas comunidades virtuais nascem em contextos informais, mas que visam a produção e disseminação de conhecimentos específicos. Fazer a interconexão entre o tipo de interações realizadas nestes espaços para a formalização de experiências educacionais tem sido um desafio.

Para tanto, se requer a adoção de uma concepção para a Educação Online que privilegie a troca entre os participantes. Valente e Silva (2006, p. 518 – 519) chama este tipo de abordagem de “Estar junto virtual”. Este “envolve o acompanhamento e assessoramento constante do aprendiz no sentido de poder entender quem ele é e o que ele faz, para ser capaz de propor desafios e auxiliá-lo a atribuir significado ao que está realizando”. A adoção de estratégias didáticas

com estes princípios pode permitir o desenvolvimento de uma educação mais voltada ao contexto destes profissionais, a reflexão de sua prática e a possibilidade de aplicação ao seu contexto de atuação.

4 – POSSIBILIDADES NA “CONSTITUIÇÃO” DE UMA COMUNIDADE DE PRÁTICA NO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM MOODLE

Elementos presentes nas comunidades de prática podem possibilitar a análise da participação do grupo na realização da proposta do curso realizado. Destaco inicialmente alguns destes elementos:

O objetivo comum, a iniciativa e o interesse na sua criação é um dos pontos relevantes que definem a comunidade. Estes foram percebidos também no decorrer do primeiro módulo, nas participações dos fóruns e também no relato final dos participantes descrevendo a oportunidade que a vivência trouxe: “...de partilhar deste conhecimento tão desafiador, ... , enfim, por ter nos feito mais integrado em torno de um objetivo maior que é o aprendizado.” (Mensagem feedback enviada por participante). Para se engajar os participantes devem perceber-se neste objetivo comum.

Estratégias utilizadas para promoção de recursos da organização social da comunidade na formação dos grupos: Na estruturação do primeiro módulo do curso – Formação em EAD para Educação de Trânsito, orientei os participantes a se organizarem em subgrupos objetivando uma maior participação de todos os integrantes nos fóruns, de maneira que o discurso não ficasse centralizado apenas em alguns membros do grande grupo, permitindo uma maior utilização das ferramentas por todos. No entanto, alguns participantes contribuíam de uma maneira individualizada, não interagindo com os outros participantes. Observei também que, mesmo com uma proposta que partiu dos interesses dos funcionários, com uma metodologia que tinha como fundamento a significação na interação entre os pares profissionais, a motivação para a participação não acontecia de forma espontânea, mas seguindo as atividades estabelecidas para o curso.

É preciso conhecer o grupo e atentar que sua organização social de prática também são refletidos no espaço virtual, e neste sentido, o pedagogo –

organizador da estrutura do ambiente – necessita implementar estratégias para que tais relações não interfiram na participação individual e do grupo.

Ainda com relação a estas estratégias está a do **reflexo das relações entre os pares na comunidade e a não-hierarquia na relação professor-aluno**:

“Como já havia feito cursos à distância, trazia impressões dessas experiências. Quando foi citado um ambiente virtual de aprendizado, rapidamente remeteu-me a vivências passadas. Porém, percebo que diferentemente dos cursos dos quais participei, aqui o ensino parece-me ter a tendência a ser mais horizontal, com os professores no papel de facilitadores da aprendizagem, ou melhor, facilitadores da troca de conhecimento entre os alunos. Achei interessante.”
(Mensagem enviada por participante ao Fórum – “Descobertas”).

CONCLUSÕES

Para as possibilidades na criação de comunidades de prática em ambientes organizacionais, percebe-se que além da motivação para criação da comunidade virtual de prática, são necessárias implementações para permitir um maior envolvimento dos participantes e fazer emergir o significado da aprendizagem que representa para cada um deles.

O desafio estaria em se pensar um design de curso que possibilite a estruturação de uma Comunidade de Prática no espaço virtual. Utilizando-se as ferramentas dos recursos tecnológicos disponíveis – neste caso o ambiente de aprendizagem Moodle e de construir uma proposta pedagógica que não só enfatize a elaboração de estratégias instrucionais, mas também os aspectos do grupo social.

Busca-se, portanto, entender o desenho da proposta pedagógica como sendo situada na prática da comunidade. Neste sentido permitir o envolvimento de todos os participantes, fazendo-os movimentar-se de uma posição periférica para uma mais participativa, visando a sua aprendizagem.

¹ Orientador: Sérgio Paulino Abranches (UFPE).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARANAUSKAS, C. Design para Aprendizado no Contexto de Trabalho. In: VALENTE, MAZZONE, BARANAUSKAS. Aprendizagem na Era das Tecnologias Digitais. (orgs). São Paulo: CoErtex: FAPESP, 2007.

GOUVÊA, Maria Teresa Andrade de; PARANHOS, Cláudia; MOTTA, Cláudia Lage Rabello da. Promovendo o Aprendizado Organizacional por Meio das Comunidades de Prática. B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 34, n.3, set/dez. 2008.

KIMIECK, Jorge Luiz. Consolidação de Comunidades de Prática: Um Estudo de Caso no Proinfo. Dissertação (mestrado). Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. Curitiba, 2002.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. Situated learning: legitimate peripheral participation. Cambridge University Press, 1991.

LEMOES, André. Cibercultura, Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea. Porto alegre: Sulina, 2002.

MACEDO, Tânia Marta Barbosa. Redes Informais nas Organizações: a Co-gestão do Conhecimento. Resumo de monografia. INT/UFRJ/IBICT. Rio de Janeiro. 1999.

VALENTE, José Armando e SILVA, Tânia Maria Tavares Gomes. A Capacitação de Servidores do Estado Via Cursos Online. In: SILVA, M (Org). Educação On Line. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

WENGER, Etienne; MCDERMOTT, Richard; & SNYDER, William M. Cultivating communities of practice : a guide to managing knowledge. Boston, Mass. : Harvard Business School, 2002.